



Povos Indígenas e “História Geral do Brasil”: Permanências de Depreciação e Negação em Varnhagen

Helena Azevedo Paulo de Almeida¹

Resumo: Temos no Brasil, a constante utilização de estereótipos e depreciações acerca dos povos indígenas em território nacional. Esses preconceitos são utilizados constantemente para justificar as violências físicas e simbólicas que esses povos sofrem. A intenção do artigo é refletir acerca de uma das origens dessas depreciações, que remontam ao século XIX e à obra de Adolfo de Varnhagen, mais precisamente sua “História Geral do Brasil”. O presente trabalho se dedica a entender como fortaleceu-se e divulgou-se uma identidade genérica e pejorativa sobre os indígenas no Brasil, e como, ao fim, essas características teimam em permanecer na memória coletiva do povo brasileiro.

Palavras-Chave: Povos Indígenas, Varnhagen, Brasil Império, Historiografia.

Indigenous People in “General History of Brazil”: Permanence of Depreciation and Denial in Varnhagen

Abstract: There is, in Brazil, a constant stereotypes and depreciation utilization about indigenous people in national territory. These prejudices are constantly used with de intention of justify physical and symbolic violence suffered by these people. The article intention is to reflect about one of these depreciation’s origins, which goes back until 19th century and Adolfo de Varnhagen work, more precisely his “General History of Brazil”. This essay dedicates itself to understand how a derogatory and generic identity about indigenous people in Brazil was strengthened and publicized, and, in the end, how these characteristics remains on collective memory in Brazilian people.

Keywords: Indegenous People, Varnhagen, Brazilian Empire, Historiography.

Primeiras Palavras

A questão da unidade nacional demonstrou-se urgente, desde a Independência, em 1822. Para que esta unidade fosse alcançada era necessária a configuração de um passado organizado, desde o início, teleologicamente, pelo princípio da nação. Com este objetivo, partiu-se, então, da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) que, inspirando-se nas atividades do Instituto Histórico de Paris, destacava “a importância da história, e, conseqüentemente, da fundação de uma sociedade que trate de temas tão caros ao império como a formação de seu passado e sua geografia” (MOLLO, 2005, p. 1).

¹ Doutoranda e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (PPGH/UFOP). Integrante do Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade (NEHM/UFOP), do Grupo de Pesquisa em História, Ética e Política (GHEP/NEHM/UFOP), do Laboratório de Ensino de História (LEHIS/UFOP), do Laboratório e Grupo de Estudos de História Política e das Ideias da Universidade Federal do Espírito Santo (LEHPI/UFES).



Nascido na atual região de Sorocaba, em 1816, Francisco Adolfo de Varnhagen era filho de mãe portuguesa e pai alemão². Seguiu para a Europa, aos sete anos, junto à família, em 1823, quando o pai se demitiu do cargo que ocupava na Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, também em Sorocaba. Como frequentemente acontecia com os filhos da elite brasileira, Varnhagen iniciou seus estudos em Lisboa, onde frequentou o Real Colégio Militar da Luz, onde se formou em engenharia, em 1834.

Iniciou sua carreira com o texto de “Reflexões críticas sobre o escrito do século XVI impresso com o título de Notícias do Brasil” (de Gabriel Soares e Souza), escrito entre 1835 e 1838, enquanto ainda se encontrava em Portugal. Em razão desta primeira contribuição, Varnhagen tornou-se sócio correspondente da Real Academia das Ciências de Lisboa³. Neste caminho fortuito, o autor retornou ao Brasil, em 1840, momento que também passou a integrar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Era muito clara, na mente de Varnhagen, a importância de uma unidade nacional, a partir da figura do homem branco. Desse modo, o autor não conseguiria ver nos indígenas algo além de caos; indivíduos que coabitavam o mesmo território sem compartilhar de certa unidade sentimental e política. Esta era a visão de Varnhagen. Além disso, o historiador encarava a linguagem utilizada por esses grupos étnicos como fonte para demonstrar a falta da unidade social e política:

Acerca, porém da origem do vocábulo Tupinambá [...]: *Tupi e Mbá*. A última deixava-se de acrescentar desde que cessava a liga ou amizade, e que a nação se fracionava. Se se declaravam logo inimigos, a alcunha menos injuriosa com que se podiam ficar mutuamente designando era a de *Tupi-n-aem*; isto é, Tupis maus ou perversos. Se não ficavam em desinteligência, faziam-se muita cortesia em se apelidarem reciprocamente *Tupi-n-ikis*; isto é, Tupis-vizinhos, contíguos ou limítrofes. [...] Os assim separados sobrenomeavam às vezes *Tamoy* (donde veio Tamoio) ou Avós àqueles de quem faziam brasão de proceder (VARNHAGEN, 1845, p. 100, grifos do autor).

Esta passagem, embora mencione os indígenas como “vizinhos”, demonstra como os grupos étnicos eram denominados de diferentes maneiras, o que evidenciava ao historiador “anomalias” e “despropósitos”, ou seja, “eram dialetos de uma mesma língua”, que não tinham unidade (VARNHAGEN, 1845, p. 99). O Visconde de Porto Seguro procurava, então, um único tronco linguístico originário para os indígenas em território brasileiro. Deve-se ressaltar, que o autor procurava um elemento adequado à evidência de uma unidade nacional, a partir da

² O pai de Varnhagen era engenheiro e respondia por Frederico Luís Guilherme de Varnhagen, casou-se com Maria Flávia de Sá Magalhães e tiveram seis filhos antes de Francisco Adolfo de Varnhagen.

³ Podemos encarar tal instituição que, de acordo com Arno Wehling, tinha uma organização semelhante à Academia das Ciências de Berlim, como um dos principais “locais de produção do pensamento político e social da primeira metade do século XIX” (WEHLING, 1999, p. 25).



língua, “a única fonte pura” (VARNHAGEN, 1845, p.100). Considerando que se encontrava em um período em que agitações urbanas, revoltas escravas e indígenas tumultuavam o cenário social, Varnhagen, juntamente à elite brasileira, se encontrava em uma situação de tensão em que:

[...] atormentava – a uma sociedade dilacerada pela escravidão e herdeira de uma condição colonial, recém-extinta –, angustiavam na enorme diversidade cultural e racial da população brasileira e a permanente presença da possibilidade de fragmentação do território nacional. O esfacelamento da América Espanhola, em inúmeras repúblicas, era um exemplo patente dessa possibilidade (NOGUEIRA, 2000, p. 18).

A posição de Varnhagen sobre os indígenas, procurando na linguagem explicação para seus questionamentos, acaba por fortalecer preconceitos. Varnhagen via os indígenas como:

[...] gentes vagabundas, que guerreando sempre povoavam o terreno que hoje é o Brasil, eram segundo parece verdadeiras **emanações de uma só raça ou grande nação**; isto é, procediam de uma **origem comum**, e falavam todas dialetos da mesma língua, que os primeiros colonos do Brasil chamaram geral, e era a mais **espalhada** das principais da América Meridional (VARNHAGEN, 1845, p. 99, grifos nossos).

O historiador encarava a dispersão dos indígenas, a partir da compreensão de que estavam à procura da unidade original. A língua mais frequente, ou *geral*, sendo então a do tronco linguístico Tupi, era encarada como matriz, já que era a língua mais “espalhada” e, para explicar as línguas que não se originavam desta, ou seja, de outro tronco linguístico, Varnhagen apenas aponta a dificuldade encontrada pelos colonizadores de prosseguir com a conquista, como foi o caso dos Botocudos, alvo das “guerras ofensivas” de 1808.

No entanto, Varnhagen procurava esta nação originária apenas para ressaltar a decadência daqueles grupos remanescentes do século XIX, ou seja, pensar os indígenas originários de uma única civilização anterior, “superior” como os Incas, Maias ou Astecas era enfatizar a sua suposta decadência. Esta ideia de decadência, primeiro utilizada por Von Martius, perpassa toda a proposta de Varnhagen de encará-los como raça “degenerada”. A dicotomia entre Tupi *versus* Tapuia é clara e “ao iniciar-se o século XIX, índios aldeados e índios considerados ‘bravos’ compunham a diversidade das populações indígenas na capitania, tendo sido alvo e agentes de políticas indigenistas e indígenas, com estratégias diferenciadas” (ALMEIDA, 2010, p. 3).

Vinculado ao IHGB, que em sua inauguração objetivava a escrita de uma história nacional também recente⁴, Varnhagen promove sua escrita da “História Geral do Brasil” até

⁴ De acordo com Helena Mollo, Januário da Cunha Barbosa, em seu discurso inaugural do IHGB, declarava que “o coração do verdadeiro patriota brasileiro aperta-se dentro do peito quando vê relatados desfiguradamente até mesmo os modernos fatos da nossa gloriosa independência. Ainda estão eles ao alcance de nossas vistas”. Ainda, o cônego havia auxiliado os escritores quanto à matéria de lembrança como guia do passado, em seu texto



alguns eventos do Primeiro Reinado que incluem a instalação da imprensa no Brasil e as primeiras fundições de ferro, motivo da vinda de seu pai para o Império. Varnhagen tinha uma “vontade quase obsessiva de controlar os elementos que criam as condições da escrita da história do Brasil.

Se não é o primeiro a detectar um determinado arquivo ou fonte, ele sempre acrescenta alguma coisa, corrige algo; a última palavra deve ser sua” (CEZAR, 2007, p. 16). Percebe-se que a tentativa de escrita de uma história contemporânea acabava por ser direcionada pela produção de uma memória, e isto porque o Instituto se preocupou mais “quanto à necessidade de recordar, [e que] foi orientada pelas condições originais em que os integrantes do IHGB, sobretudo o grupo dos políticos dialogaram com as circunstâncias históricas” (GUIMARÃES apud MOLLO, 2005, p. 2).

É a partir de uma concepção histórica vinculada ao papel político que o IHGB propõe uma história “marcada por um duplo projeto: dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a, contudo, numa tradição de civilização e progresso, ideias tão caras ao Iluminismo” (GUIMARÃES, 1988, p. 8). No que tange à presença do indígena na história do Brasil, focaremos em cinco capítulos de “História Geral”, todos no primeiro volume da obra, nos quais Varnhagen escreve diretamente sobre os grupos étnicos. São eles: “Dos Índios do Brasil em Geral”; “Dos Tupis ou Guaranis em Particular”; “Ideias Religiosas e Organização Social dos Tupis”; “Vida dos Primeiros Colonos e suas Relações com os Índios”; e “Mem de Sá com os Franceses e os Índios, visita o sul⁵”.

Adolfo de Varnhagen: História Geral e do Brasil

Varnhagen (1845) encara a linguagem dos indígenas como meio de acentuar a distância, o estranhamento entre índios e descendentes de europeus que, por seu viés ideológico, seriam a composição principal do brasileiro. O nomadismo, por exemplo, é visto como decadente e prejudicial contribuindo, na escrita de Varnhagen, para o “prejulgamento da classificação das etnias indígenas como entidades fixas e atemporais” (MONTEIRO, 2001, p. 34). Ainda no capítulo “Dos Índios do Brasil, em geral”, Varnhagen apresenta-os como “idólatras” e “nômades” e considera que:

“Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do instituto histórico, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro”. “A construção do Passado em História geral do Brasil” (p. 2).

⁵ Optamos por não analisar o capítulo sobre Dom José I e Pombal, pois não diz respeito diretamente aos indígenas. O capítulo foca apenas rapidamente sobre a instauração do Diretório dos Índios e sobre o casamento com mulheres indígenas e, embora seja um tema importante, o autor aponta em outros momentos do texto para a importância da miscigenação, que é por onde perpassa seu raciocínio nos tópicos mencionados.



[...] conhecido é o axioma de estatística que em qualquer país a povoação só toma o devido desenvolvimento quando os habitantes abandonam a vida errante ou nômade, para se entregarem à cultura da terra com **habitações fixas**. [...] **As guerras de extermínio, que mantinham entre si**, eram causa de que as tribos ou cabildas se **debilitassem cada vez mais em número**, em vez de crescerem (VARNHAGEN, 1845, p. 98, grifos nossos).

Para o autor, era importante ressaltar a decadência desses indivíduos, e isto a partir da falta de “habitações fixas” e o reduzido número de habitantes entre seus próprios componentes. Uma clara hierarquia eurocêntrica e que funciona apenas, e exclusivamente, para depreciar os grupos étnicos encontrados em território brasileiro. Mas, o que se destaca e de maneira indireta neste ponto, é a justificativa que Varnhagen confere para as “guerras ofensivas” defendidas tanto em seu “Memorial Orgânico” quanto por parte considerável da população⁶, afinal, para o autor, eram os próprios indígenas que iniciavam “guerras de extermínio entre si”. Além de justificar a “guerra ofensiva” contra os indígenas, em prol da civilização, Varnhagen acreditava que faltava aos grupos étnicos sentimento mais profundo, já que entre os “selvagens”:

[...] não existe o sublime desvelo, que chamamos de patriotismo, que não é tanto o apego a um pedaço de terra, ou bairrismo (que nem sequer eles como nômades tinham bairro seu), como um sentimento elevado que nos impele a sacrificar o bem-estar e até a existência pelos compatriotas, ou pela glória da pátria, com a só ideia de que a posteridade será grata à nossa memória, e a ela adjudicará neste mundo a imortalidade [...] (VARNHAGEN, 1845, p. 98).

A suposta falta de patriotismo e unidade, inclusive pela linguística como ressaltado anteriormente, seria para Varnhagen algo irremediável. Por serem nômades, não teriam pátria e se manteriam distantes de uma possível civilização. Em contraposição, pode-se dizer que:

[...] a construção do Brasil e suas marcas no tempo são os temas caros a Varnhagen, logo assumindo o papel de inventor do passado para os nacionais, tornando-se por opção um deles, [...] e o sentido genealógico encontrado na construção do texto de Varnhagen pode ser visto como o autor apresenta seus temas, principalmente no que tange aos temas voltados à construção dos elementos políticos do novo País (MOLLO, 2005, p. 7).

Nesse sentido, mais uma vez, Varnhagen(1845, p. 102) demonstra que “nesse território em lugar de dois partidos havia tantos quantos eram os chefes que, por sua parentela, ousadia ou insolência, chegavam a julgar-se bastante poderosos para não prestarem obediência a outrem”, nem mesmo a Deus e ao Rei. É clara a crítica, negatização e oposição entre o Eu e o Outro em “História Geral”: a falta da Fé, da Lei e do Rei caracterizada pela falta das respectivas letras – F, L e R⁷ – distanciava os “brasileiros” dos autóctones, afinal “na medida em que

⁶ “Se esta aversão certamente alguma coisa devia às preferências teóricas do autor, ela pode igualmente ser atribuída à experiência pessoal de Varnhagen ou mesmo à situação política do Império em meados do século XIX, quando várias províncias conduziam guerras não declaradas contra povos indígenas” (MONTEIRO, 2001, p. 30).

⁷ Varnhagen, como muitos antes dele, menciona que a falta de tais letras demonstraria a falta de elementos entre os indígenas, classificando-os como incivilizáveis (VARNHAGEN, 1845, p. 110).



Estado, Monarquia e Nação configuram uma totalidade para a discussão do problema nacional brasileiro, externamente define-se o ‘o outro’ desta Nação a partir do critério político das diferenças” (GUIMARÃES, 1988, p. 7).

Varnhagen estava decidido a enfatizar a distância e a hierarquia que considerava necessária entre o Eu e o Outro, entre o que ele entendia como “brasileiros” e os indígenas. Não seria possível para os indígenas, naquele momento, integrarem a nação brasileira, pois “não conheciam as delícias do amor da pátria, porque, nômades, pátria não tinham; e a tão curtos horizontes limitavam suas ideias de nacionalidade que pouco além passavam elas do alcance do tiro de seus arcos” (VARNHAGEN, 1845, p. 103). Assim:

[...] as ideias de von Martius expressas em ‘Como se deve escrever a história do Brasil’ não encontram reverberação em Varnhagen, embora admiradas pelo IHGB, pois o naturalista, propunha, mesmo que de forma tímida, a ideia do sincretismo para se entender o Brasil. As ideias de von Martius certamente foram bem recebidas pelo IHGB, principalmente porque ofereciam à corrente indigenista do Instituto uma chave de pensamento para a construção do povo e do passado brasileiros (MOLLO, 2005, p. 7).

Para Varnhagen, a construção do passado brasileiro não poderia vir dos indígenas, já que nem os autóctones – “bárbaros” - seriam desta região. É negando a origem dos indígenas à terra do Brasil que o historiador encontra mais um fundamento para também negar a origem “brasileira” dos grupos étnicos. A migração dos Tupi, para território brasileiro⁸, teria acontecido, de acordo com o autor, de forma “invasora [e] se efetuava como em ondas, vindo sucessivamente uma nova ocupar o lugar da impelida para diante, sem deixar após si mais vestígio do que deixam no ar as ondas sonoras” (VARNHAGEN, 1845, p.105). Claramente, Varnhagen não vê problema algum na invasão realizada pelos europeus. É caracterizando-os como invasores que Varnhagen propõe a origem dos indígenas próxima aos egípcios e ao invés de procurar:

[...] as origens arianas dos antigos Tupi – estratégia essa compartilhada por outros escritores latino-americanos no século XIX – Varnhagen parece ter perseguido um propósito bem diferente. De fato, ao invés de “branquear” os Tupi, Varnhagen procurou identificar uma remota civilização não-ariana, a partir da qual os índios brasileiros teriam iniciado o seu declínio, num longo processo de decadência e degeneração (MONTEIRO, 2001, p. 36).

Para o autor, os indígenas teriam efetuado a conquista da terra *Brasilis* por meio de “canoas de guerra de que não faziam uso talvez os bárbaros que anteriormente aqui residiam” (VARNHAGEN, 1845, p. 106). Embora sua proposta sobre esta origem indígena não tenha sido

⁸ Varnhagen não aponta, até aquele momento, a suposta origem dos indígenas em território brasileiro. O autor, no entanto, vai relacionar esta origem aos egípcios em “*L’Origine Touranienne des Américains Tupis-Caribes et des Anciens Egyptiens*”, publicado pela primeira vez em 1876.



recebida com seriedade, “a ideia de Varnhagen de rebaixar e excluir os índios da história pátria permaneceu firme no pensamento histórico brasileiro por gerações e gerações” (MONTEIRO, 2001, p. 36), como, infelizmente, podemos ainda perceber em nossa contemporaneidade.

Os indígenas, como invasores, não poderiam ser encarados como a origem daquela sociedade em formação. Assim, o historiador conseguia fazer o esforço de encontrar, sistematicamente, justificativas para chamá-los de “bárbaros”:

[...] e com mais razão nos julgamos autorizados a seguir esta prática, quando dela nos dá exemplo o grande Antônio Vieira, patrono dos mesmos Índios. Além de que: ninguém nos negará que temos mais direito para lhes chamar Bárbaros, do que eles tinham para mimosearem com esse título, aos primeiros cristãos emboabas e aos seus descendentes (VARNHAGEN, 1845, p. 104).

O brasileiro, para Varnhagen, não poderia ter origem naquele passado, considerado pelo autor, como “bárbaro e sanguinário, dado a guerras contínuas e a festins canibais, decorrentes de ódios imemoriais entre tribos rivais” (MONTEIRO, 2001, p. 126). Para o autor, entre os índios haveria a promoção da discórdia, da guerra e da vingança:

[...] apenas uns venciam, vinham outros arrancar-lhes das mãos a palma da vitória, e as hostilidades e vícios não tinham fim. Entre os últimos era sobretudo lamentável a paixão com que se davam ao pecaminoso atentado que o Senhor condenou em Sodoma, vício infame que além de ser degradante para o homem, tanto contribuía a que a população se diminuísse cada vez mais, em vez de aumentar-se (VANRHAGEN, 1845, p. 107).

Mas, afinal, para o autor, se o amor à pátria “é o princípio fundamental à civilização dos homens e mulheres que constituíam a boa sociedade do Império do Brasil, bem como essencial à delimitação e evidenciação de uma identidade nacional”, e isto baseando-se em um passado glorioso e capaz de promover essa identidade, os indígenas estariam em discordância, pois:

[...] de tais povos na infância não há história: há só etnografia. [...] A infância da humanidade na ordem moral, como a do indivíduo na ordem física, é sempre acompanhada de pequenez e de misérias. – E sirva esta prevenção para qualquer leitor estrangeiro que por si, ou pela infância de sua nação, pense de ensoberbecer-se, ao ler as pouco lisonjeiras páginas que vão seguir-se (VARNHAGEN, 1845, p. 108).

É assim que Varnhagen entra no capítulo “Dos Tupis ou Guaranis em particular”, momento em que descreve o que ele delimita como principais costumes dos indígenas. Neste capítulo, o historiador dedica onze páginas, supostamente imparciais, à descrição dos grupos étnicos. Ora, se Varnhagen encarava seu trabalho como historiador sob a égide da (im)parcialidade, deve-se ressaltar que esta perspectiva é retomada “a partir do ‘ponto de vista’ da nação” (CEZAR, 2004, p. 20). Esta, por sua vez, excluía o índio.



Supondo a própria imparcialidade, Varnhagen descreve desde as artes corporais indígenas, como pintura, escarificações e uso de ornamentos bucais e auriculares, como também realiza descrição das armas e divisão dos trabalhos. Tais exposições são permeadas de opiniões repletas de rejeições e discriminações, e isto em nome do que chamava de “nação” brasileira. O historiador aponta, por exemplo, o quanto os indígenas têm “ideias curtas”, pois não saberiam contar após o número trinta ou, ainda, como denominavam objetos e lugares apenas a partir de suas características. Caso o autor mencionasse um suposto elogio, como “feições miúdas, que os Europeus elogiavam como formosuras”⁹, em relação às mulheres, tal congratulação seria de um segundo autor.

Varnhagen menciona a expansão de guerras entre indígena em um período específico ao qual coincidia com a “madureza do milho, dos aipins ou dos cajus: porque isso permitia celebrar melhor o sacrifício dos prisioneiros com os vinhos que dessas substâncias se tiravam” (VARNHAGEN, 1845, p. 115), assim como também coincidia com a produção em larga escala das “bebidas espirituosas”. Pode-se entender, então, que o autor vinculava as guerras entre os grupos étnicos apenas às colheitas com intenção de roubo entre as aldeias, e faziam isto embriagados, devido às mencionadas bebidas, constantemente com objetivo de depreciar os grupos étnicos. A menção ao sacrifício antropofágico é mais uma ferramenta para sublinhar:

[...] a carga negativa do **canibalismo**, deixando de lado a insistência do autor do Memorial em apontar o conteúdo simbólico das práticas tupis que, como vimos, seriam distintos das práticas dos Aimoré, aliás facilmente traduzidos em Botocudos do século XIX. Ao desqualificar os Tupinambá – e, por extensão, todos os outros índios – Varnhagen com efeito fornece uma justificativa para a **dominação** portuguesa [...] (MONTEIRO, 2001, p. 33, grifos nossos).

Mais uma vez, Varnhagen (1845, p. 120) reivindica a “dominação” sobre o índio “como também sucedia aos povos gentios na Europa antes do cristianismo”, justificando a civilização dos grupos étnicos, assim como havia ocorrido com a Europa no passado. A polarização da perspectiva sobre o indígena entre Tupi *versus* Tapuia ou, como vemos aqui, entre bárbaro *versus* civilizado, marcou o pensamento sobre os autóctones, principalmente no século XIX, e que permaneceu de variadas formas condicionando “as maneiras de perceber e interpretar o passado indígena” (MONTEIRO, 2001, p. 10), assim como permanece em parte considerável da população brasileira.

No capítulo “Ideias Religiosas e Organização Social dos Tupis”, Varnhagen se apropria da “barbaridade”, a partir da qual interpreta os indígenas tanto do passado quanto do

⁹ Varnhagen menciona esta ideia, a partir de Pero Lopes e João Daniel (VARNHAGEN, 1845, p. 110).



seu presente e encara o sentimento de vingança como alicerce da religião étnica e, ainda, “o canibalismo e antropofagia não eram gula, senão algumas vezes por aberração do orgulho e do prazer que sentiam na desafronta, cujos efeitos faziam extensivos a todas as gerações” (VARNHAGEN, 1845, p. 121). Embora o historiador estivesse certo ao mencionar que os rituais antropofágicos não se relacionariam com a necessidade de nutrição, deve-se salientar que “a construção de modelos para compreender o universo indígena está intrinsecamente ligada aos processos e às experiências coloniais, bem como à interpretação desses processos e experiências no período pós-colonial” (MONTEIRO, 2001, p. 10).

É por isso que Varnhagen não parece ter como explicar bem outros pontos depreciativos de sua escrita, como: 1) a suposta falta de deísmo, 2) a presença de um forte diabolismo e 3) a crença na alma imortal entre os indígenas: todos esses aspectos estariam presentes entre os grupos étnicos. Parece, dessa forma, que Varnhagen é direcionado apenas pelo que chamarei aqui de uma forte “convicção”, e nada mais.

Dessa forma, como quem não quer “horrorizar o leitor”, Varnhagen deixa de lado o tema antropofágico para criticar os indígenas de outras formas, tais como a falta de castigo punitivo às crianças ou mesmo a suposta falta de punição para o roubo. O autor menciona trivialidades, diferenças culturais para produzir sempre um estranhamento: mais uma vez fica claro o objetivo de Varnhagen em desmoralizar esta suposta origem do povo brasileiro.

Varnhagen, longe da história filosófica promulgada por Von Martius, propõe uma determinada identidade indígena, apoiada pelo que chama de práticas sociais “estranhas” registradas na ampla documentação a qual o historiador tinha acesso. Não problematiza o indígena perante sua cultura, a partir de qualquer princípio próximo ao que podemos chamar de alteridade, afinal, “com base em um modelo tradicional de história *magistra*, o trabalho dos historiadores deve, antes de tudo, servir à nação” (CEZAR, 2004, p. 6). Estritamente para Varnhagen, por deslegitimar os indígenas, o autor incapacitando-os a serem a origem do povo brasileiro, acreditando que assim estava servindo à nação.

A origem brasileira não poderia vir desses “falsos e infieis; inconstantes e ingratos”. Também “não tinham ideias algumas de são moral; isto é, da que nasce dos sentimentos do pudor e da sensibilidade, da moral que respeita o decoro e a boa-fé; e eram dotados de uma quase **estúpida brutalidade**, e difíceis de abalar-se de seu gênio fleumático” (VARNHAGEN, 1845, p. 131, grifos nossos). Essa imagem essencialmente ruim sobre os indígenas estaria presente no:



[...] vai-vem de ideias e experiências entre o gabinete – referência tanto ao gabinete científico quanto ao político – e o sertão, com o intuito de esclarecer como as discussões em torno dos índios durante o Império não só dialogavam explicitamente com as experiências coloniais como também informariam de maneira significativa a moderna política indigenista a ser implantada já no século XX (MONTEIRO, 2001, p. 11-12).

Não satisfeito com a ênfase na “estúpida brutalidade” presente entre os grupos étnicos, Varnhagen aponta que:

[...] a pintura que fizemos dessas gentes, que mais ou menos errantes disfrutavam, sem os benefícios da paz nem da cultura de espírito, do fértil e formoso solo do Brasil, - antes que outras mais civilizadas as viessem substituir, **conquistando-as e cruzando-se com elas**, e com outras trazidas d’além dos mares pela cobiça, essa pintura, dizemos bem **pouco lisonjeira é a verdade**. À vista do esboço que fizemos, sem nada carregar as cores, não sabemos como haja ainda poetas, e até filósofos, que vejam no estado selvagem a maior felicidade do homem; quando nesse estado, sem o auxílio mútuo da sociedade, e sem a terra se cultivar, há sempre numa ou outra época privações e fomes; e esta última aos mais civilizados converte em canibais, como nos provam as histórias de tantos sítios e naufrágios. Não: **o filósofo de Genebra** guiado pelo seu gênio, e pelas suas **filantrópicas** intenções, ideou, **não conheceu o selvagem!** Desgraçadamente o estudo profundo da barbárie humana em todos os países, prova que sem os vínculos das leis e da religião, o triste mortal propende tanto à ferocidade que quase se metamorfoseia em fera [...] (VARNHAGEN, 1845, p. 133, grifos nosso).

Rousseau, como o “filósofo de Genebra”, estaria equivocado. Contra esse gabinete teórico do filósofo e potencialmente dos autores românticos brasileiros, Varnhagen ressaltava, a partir da “experiência”, a inabilidade de pensar dos indígenas. O historiador relembra a necessária bula papal de Paulo III que garantia a condição humana aos índios. Incapazes de pensar, os indígenas deveriam seu “parco” conhecimento a Sumé, o suposto colonizador de tempos remotos. Para Varnhagen, a presença de uma entidade branca e barbada, como era Sumé, asseverava que a sua “civilização” era alienígena e que, portanto, não pertencia à terra, mais propriamente.

Varnhagen deixa clara sua visão sobre os grupos étnicos, mesmo que “pouco lisonjeira”, e aponta novamente para a necessidade, ou mesmo fatalidade, de “invisibilidade” do indígena mediante conquista e a miscigenação. Tal pensamento é retomado em “Vida dos Primeiros Colonos e suas Relações com os Índios”. O historiador, a despeito destas críticas, enfatiza a adoção dos costumes étnicos pelos colonizadores e aponta também para a união entre as mulheres indígenas com “disposição e meio domesticadas”, e os europeus, que mesmo encaminhados para a poligamia “não podiam deixar de ser em favor da fusão das **duas nacionalidades**” (VARNHAGEN, 1845, p. 172, grifos nossos).

Percebe-se claramente aqui uma tendência de Varnhagen, assim como muitos historiadores de seu tempo e mesmo depois, que é a de ignorar a diversidade cultural existente entre os indígenas, mesmo em tempos pré-cabralinos. Ao propor a fusão de “duas



nacionalidades”, Varnhagen exclui a diversidade existente entre os grupos étnicos. Assim, podemos partir do raciocínio de que:

[...] à semelhança de outras tradições historiográficas nas Américas, tanto os relatos em si quanto a sua interpretação posterior pelos historiadores buscavam estabelecer uma imagem estática de sociedades prístinas, como se não tivessem sido atingidos pelo contato com os europeus. Ademais, esta abordagem tende a elidir o papel de atores e de unidades políticas indígenas em resposta à expansão europeia, papel esse que foi de suma importância para a articulação das configurações étnicas que na bibliografia convencional sempre aparecem como povos ‘originais’, atemporais e imutáveis, pelo menos até que o contato com os europeus levou à sua dilapidação e, em muitos casos, sua destruição por completo (MONTEIRO, 2001, p. 15).

É importante ressaltar que Varnhagen, especificamente aqui, não era abertamente a favor do extermínio dos índios, afinal, em seu raciocínio, os grupos étnicos eram necessários para a utilização de mão de obra forçada no lugar dos negros. Desta forma, os indígenas seriam miscigenados “como nas colônias dos Castelhanos, [com] a tendência dos colonos a este cruzamento sucessivo de raça, que fez que a americana não se exterminasse em parte alguma, mas antes se cruzasse e refundisse” (VARNHAGEN, 1845, p.172).

Mas, que fique claro: não se pode confundir esta posição com qualquer possibilidade de simpatia por parte de Varnhagen, afinal “o outro seria bom e aceitável, se e somente se, pudesse ser reduzido àquilo que se estabelecia como sendo o padrão da sociedade. A miscigenação e o branqueamento eram o caminho apontado e a ser seguido pela sociedade” (NOGUEIRA, 2000, p. 19). O historiador deixa clara a posição de inferioridade indígena que, por sua vez, deveria “ceder o passo à nacionalidade que nele se introduz com a superioridade e encantos da civilização sobre a barbárie” (VARNHAGEN, 1845, p. 173).

Varnhagen volta seu raciocínio ao período colonial para apresentar uma explicação para a tendência dos primeiros colonos a respeito da união entre europeu e mulheres indígenas. É também, a partir deste raciocínio, que o historiador, a respeito da relação entre antigo e novo mundo, justifica o que seriam para ele as injustiças em relação à figura do colonizador:

[...] não sejamos tão injustos com os nossos antepassados, nem tão pouco generosos com os que da mudez dos sepulcros não se pode defender. Para provar a humanal fraqueza, [...] não necessitamos ir contender com os ossos de nossos maiores, para os quais só nos cumpre pedir paz e compaixão, quando até alguns (os dos devorados pelos Bárbaros) nem sepulturas tiveram, Houve sim, como adiante veremos, quem abusasse, quem sem caridade pretendesse conculcar as leis divinas e humanas, e introduzir com piratarias e crueldades, a anarquia e a dissolução nas primeiras povoações que o cristianismo fundava no Brasil. Mas tais monstros da sociedade eram a exceção, e muitos deles tiveram o merecido castigo (VARNHAGEN, 1845, p. 175).



É a partir também de sua primeira publicação dedicada à história¹⁰ que Varnhagen volta aos primeiros colonos, junto à Gabriel Soares de Sousa, que a:

[...] exemplo de vários outros autores quinhentistas, Soares de Sousa estabeleceu de início uma grande divisão entre duas categorias maiores, a de Tupi e Tapuia. Se os Tupinambá da Bahia, descritos em detalhes por vezes saborosos, proporcionaram o modelo básico para a discussão da sociedade tupi, mostrava-se bem mais vaga a caracterização dos Tapuia (MONTEIRO, 2001, p. 20).

A dicotomia Tupi *versus* Tapuia, o índio manso *versus* o índio bravo, favoreceu e justificou o uso da força em relação aos indígenas que não se sujeitavam à subordinação da Coroa. Varnhagen esclarece durante o restante do capítulo como teria sido a “experiência, e não o arbítrio nem a tirania, quem ensinou o verdadeiro modo de levar os Bárbaros, impondo-lhes à força a necessária tutela, para aceitarem o cristianismo, e adotarem hábitos civilizados, começando pelos de alguma resignação e caridade” (VARNHAGEN, 1845, p. 177).

O autor baseava sua escrita em relatos quinhentistas que, por sua vez, fundamentavam-se “basicamente naquilo que seus informantes tupis lhes passavam, [assim] escritores coloniais como Gabriel Soares costumavam projetar os grupos tapuias como a antítese da sociedade Tupinambá, portanto descrevendo-os quase sempre em termos negativos”, o que influenciava drasticamente o discurso civilizatório do século XIX (MONTEIRO, 2001, p. 20). Mais uma vez, os Tupi – apresentados aqui como os Tupinambá – estariam mais próximos à civilidade, enquanto os Tapuia estariam mais próximos à barbárie, de acordo com Varnhagen. A ideia de que aos indígenas era necessária a tutela, também nos faz refletir sobre a permanência desse tipo de discurso em nossos dias atuais. Um discurso extremamente violento, mascarado de civilidade e filantropia judaico-cristã.

Finalizando o capítulo, Varnhagen ainda ressalta o caráter de “pseudo-filantropia” existente tanto em seu tempo quanto no passado. Ao mencionar Bartolomeu de Las Casas (1474-1566), o historiador aponta-o como incoerente, já que este pregava a “conveniência da escravidão africana”. Teria sido, afinal, a “pseudo-filantropia” a culpada pela situação contemporânea dos índios e dos negros, pois:

[...] se o uso e as leis tivessem continuado a permitir que a cobiça dos colonos bem encaminhada arrebanhasse os selvagens do Brasil, sujeitando-os primeiro ao menos por sete anos, como a servidão israelita, não se teria ido a qualquer exercitar, além dos mares, buscando nos porões dos navios, e entre os ferros do mais atroz cativo, colonos de nações igualmente bárbaras e mais supersticiosas, essencialmente intolerantes, inimigas de toda a liberdade, e que como que ostentam a raia da separação com que extremam dos índios e dos seus civilizadores (VARNHAGEN, 1845, p. 179-180).

¹⁰ Escrita enquanto ainda estava em Portugal, “Reflexões críticas sobre o escrito do século XVI impresso com o título de Notícias do Brasil” foi a publicação que garantiu sua entrada na Real Academia das Ciências de Lisboa.



Justificando a ação dos colonizadores, assim como a fundamentação do uso da força, Varnhagen demonstra que sua perspectiva histórica de análise documental estava longe de ser imparcial, como vimos anteriormente. É por meio de:

[...] relatos de índios aldeados, escravizados e cristianizados, [que] as descrições nos fornecem uma autoimagem dos Tupinambá através da lente da situação colonial que os oprimia e, lentamente, os destruiu. [...] Entretanto, o relato contém muitos elementos que sugerem que este “modo de ser” dos Tupinambá, apesar de reafirmar tradições e estruturas pré-coloniais, também tinha algo a ver com as condições concretas da expansão colonial. Assim, a descrição da vida e dos costumes dos índios foi o produto de construções coloniais não apenas dos portugueses como também dos Tupinambá, [...] [que por sua vez] tinha mais a ver com a **‘auto representação dos descobridores’** ou conquistadores do que com a efetiva interação envolvendo o autor-observador e seus objetos nativos (MONTEIRO, 2001, p. 25, grifos nossos).

A partir desta noção de “auto representação dos descobridores”, Varnhagen continua a defender a utilização da força, no capítulo “Mem de Sá com os Franceses e os Índios, visita o Sul”. O Visconde de Porto Seguro demonstra que Mem de Sá, pelo uso da força, havia começado a organizar “quatro ou cinco tabas ou aldeias índias em uma só”, compondo os primeiros aldeamentos indígenas, muito frequentes no período colonial. Proibindo a antropofagia, o autor mostra que era “por mal e não por bem [que] se hão de sujeitar e trazer à fé” (VARNHAGEN, 1845, p. 237).

A proposta de “sujeição” dos indígenas “pela força” é um ponto constante no texto de Varnhagen. É importante ressaltar que esta “sujeição” não se restringia apenas à ação física de, como foi mencionado, aldear os grupos étnicos. A própria denominação dos indígenas, enquanto grupos, também passa por este ato de dominação, visto que as alcunhas forjadas para os índios “espelhavam não apenas os desejos e as projeções dos europeus, como também os ajustes e as aspirações de diferentes populações nativas que buscavam lidar – cada qual à sua maneira – com os novos desafios postos pelo avanço do domínio colonial” (MONTEIRO, 2001, p. 26) e, embora Varnhagen mencionasse anteriormente a antropofagia relacionada aos rituais cosmológicos, aqui ele ressalta o distanciamento entre europeus e os indígenas Aimoré, que:

[...] não construíam tabas nem tujupares; não conheciam a rede, e dormiam no chão sobre folhas; não agricultavam; andavam em pequenos magotes; não sabiam nadar, mas corriam muito, não havendo outro meio de se lhes escapar mais do que entrar n’água, se havia perto; arrancavam a fala com muita força desde a garganta; e (o que era mais para temer) **eram antropófagos, não por vingança e satisfação de ódios inveterados, mas por gula**. Tudo induz a acreditar que eram da mesma nação representada pelos **chamados agora Purís**, que também, como este nome o expressa, são gulosos de carne humana, e preferem, como se conta dos tubarões d’África, à carne dos brancos a dos negros, a quem designam por ‘macacos do chão’. É horrroso escrevê-lo; e asseguramos que o ânimo quase nos soçobra ante semelhantes fatos; mas **o amor à verdade e o desejo de nos justificarmos do porque não admiramos a selvageria**, e atribuímos o estado social e parte do que chamamos humanidade e



caridade ao benefício das leis e ainda mais da religião, nos obriga a **não ocultar os argumentos que nos movem** (VARNHAGEN, 1845, p. 242, grifos nossos).

Classificar indígenas, tal feito com os Botocudos e os Puri, como antropófagos por nutrição ou gula, é caracterizá-los de maneira demoníaca, completamente estranho à sociabilidade. É claro que Varnhagen, neste momento, preferiu ignorar:

[...] a relação entre valor nutritivo e valores simbólicos [e], portanto, um mecanismo complexo que responde à complexidade das hierarquias sociais e a reforça. Quanto mais o rito alimentar assume essa configuração complexa, tanto mais se carrega valores simbólicos dificilmente subordináveis ao valor nutritivo (AGNOLIN, 2005, p. 287).

O autor, pelo contrário, enfatizou a hierarquia entre índio e europeu em um movimento de extremo estranhamento do Outro. Em contrapartida, o Visconde de Porto Seguro aponta o quão “pacíficos seguiam os Índios nos contornos da cidade, e em poucos anos se via prosperando e crescendo em população” (VARNHAGEN, 1845, p. 244). Ora, o “amor à verdade” o fazia descrever o confiante futuro das populações étnicas em favor da subserviência indígena ao civilizado: era à força ou a passividade “espontânea”.

Varnhagen finaliza o capítulo sublinhando o compromisso de Mem de Sá que “tudo sacrificou a boa gente de bem da nova pátria comum” (VARNHAGEN, 1845, p.245), afinal, a união da pátria e a construção da identidade nacional, a partir dos posicionamentos ético-políticos do Visconde, eram os seus objetivos primordiais, considerando ainda que “os critérios de representação dessas escolhas desaparecem sob o manto nacional com o qual Varnhagen as encobre” (CEZAR, 2007, p. 13).

A definição de nação para o autor existe a partir das “diferenças construídas [que] se manifestam não só externamente, em relação às repúblicas latino-americanas, mas se encontram na elaboração dos outros, dos oponentes ao processo de transformação, dentro do território também em construção” (MOLLO, 2005, p. 7), o que nem sempre estava de acordo com o IHGB. Foram diversas as polêmicas as quais Varnhagen travou, dentro e fora do Instituto. Tais querelas envolviam suas mais variadas publicações, incluindo o “Memorial Orgânico” e sua “História Geral”.

Considerações Finais

Tivemos por intenção trazer algumas reflexões sobre as permanências que existem no pensamento da sociedade brasileira, desde início do século XIX. A depreciação por parte de não-indígenas sobre os grupos étnicos existente em nossa contemporaneidade deve, e muito, ao que foi escrito e divulgado a partir da obra de Adolfo de Varnhagen, ainda tido por muitos como o “pai” da história no Brasil. A obra de Varnhagen foi amplamente utilizada como referência



de história do Brasil, além de ter sido adaptada para utilização como material escolar por Joaquim Manoel de Macedo. Seu livro “Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrução primária”, foi utilizado amplamente por toda primeira metade do século XX e permanece na memória daqueles alunos, ainda hoje.

Defendo aqui a necessidade de identificação dessas depreciações e estereótipos, que partem, por sua vez, de projetos políticos fortemente baseados em perspectivas civilizatórias, mascaradas pela ideia de progresso brasileiro. Progresso este que negligencia a diversidade cultural presente em território brasileiro, assim como nega a responsabilidade que, enquanto povo brasileiro, temos para com os povos originários das américas. Como cidadãos e humanistas, temos a obrigatoriedade de responsabilização pelos massacres físicos e culturais, sofridos pelos povos indígenas.

Projetos políticos, que são ideológicos, são camuflados por conceitos como “modernização”, “progresso”, “desenvolvimento”, e que não passam de disfarce para o genocídio e etnocídio de grupos inteiros. São projetos que permanecem sendo divulgados e pouco problematizados, mesmo em ambiente escolar. Que este texto seja uma modesta contribuição para identificarmos esses projetos e, como intelectuais, nosso trabalho não pode ser desempenhado sem a consciência de se ser alguém cuja função é levantar publicamente questões embaraçosas, confrontar ortodoxias e dogmas (mais do que produzi-los); isto é, alguém que não pode ser facilmente cooptado por governos ou corporações, e cuja razão de ser é representar todas as pessoas e todos os problemas que são sistematicamente esquecidos ou varridos para debaixo do tapete” (SAID, 2017, p. 25).

Referências

- AGNOLIN, Adone. **O apetite da antropologia - o sabor antropofágico do saber antropológico: alteridade e identidade no caso Tupinambá**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**, Editora FGV, 2010.
- CEZAR, Temístocles. Lição sobre a Escrita da História: historiografia e nação no Brasil do Século XIX. **Revista Diálogos**, v. 8, n. 1, 2004.
- CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. **Topoi**, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007.
- GUIMARÃES, Manoel S. Nação e civilização nos trópicos. Rio de Janeiro, **Estudos Históricos**, n. 1, 1988.
- MOLLO, Helena M. A construção do passado em História Geral do Brasil. In: **Espaço**



Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades. Lisboa, 2005.

MONTEIRO, John. **Negros da terra:** índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, John. **Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e indigenismo.** Tese apresentada ao concurso de Livre Docência defendida pela UNICAMP em 2001.

NOGUEIRA, Laura. **Os índios bravos e o Sr. Visconde:** os indígenas brasileiros na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen. 2000. 184f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

ODÁLIA, Nilo; FERNANDES, Florestan. **Varnhagen.** Editora Ática, 1979.

RANGEL, Marcelo de Mello. Gonçalves de Magalhães e sua crítica à escravidão e à escrita da história em Varnhagen. **Anais do I Seminário de História: Caminhos da Historiografia Brasileira Contemporânea,** Ouro Preto: UFOP, 2006.

RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870).** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SAID, Edward W. **Representações do intelectual:** as conferências de Reith 1993. São Paulo, Companhia das Letras, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América:** a questão do outro. Editora Martins Fontes, 2010.

TODOROV, Tzvetan. **O medo dos bárbaros:** para além do choque das civilizações. Editora Vozes, 1989.

TREECE, David. **Exilados, aliados, rebeldes.** São Paulo: EDUSP, 2000.

TURIN, Rodrigo. **Narrar o passado, projetar o futuro:** Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista. 2005. 193f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil,** vol. I, 1845.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico,** vol. I e II. Madri, D. Dominguez, 1849.

VON MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. Como se deve escrever a história do Brasil.

Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, n. 24, jan.1845.



VON MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. O estado do direito entre os autóctones do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 11, 1906.

WALLENSTEIN, Henrique Júlio de. Memória sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, T. 45, v. 64, 1882.

WEHLING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Editora Nova Fronteira, 1999.